



ISSN 1414-7866 (versão impressa)  
ISSN 2448-3605 (versão on-line)

**Paraná Eleitoral**  
revista brasileira de direito  
eleitoral e ciência política

tre-pr nusp/ufpr ninc/ufpr

v. 5 n. 2 2016

## Tipologias partidárias: considerações sobre sua aplicação na América Latina

**Rodrigo Mayer**

### Resumo

A utilização de tipologias partidárias é amplamente difundida nos estudos partidários. Sua atribuição básica consiste na categorização e classificação dos partidos políticos em espécies que expressem suas características organizacionais. O artigo descreve as principais tipologias construídas e questiona a sua utilização para outros contextos, sobretudo o latino-americano. O texto argumenta que o uso desse recurso, para além dos países que constituem a base de sua formulação, possui limitações, principalmente pelas diferentes trajetórias apresentadas pelas regiões, o que leva à necessidade de avanços teóricos para o exame dos partidos da América Latina.

**Palavras-chave:** partidos políticos; organização partidária; teoria partidária; América Latina; política comparada.

### Abstract

The use of partisan typologies is widespread in party studies. Their basic assignment is the categorization and classification of political parties in species that express their organizational characteristics. The article describes the main typologies created and questions its use to other contexts, especially the Latin American. The text argues that the use of this resource, in addition to the countries that form the basis of its formulation, has limitations, mainly due to the different trajectories presented by the regions, which leads to the need for theoretical advances in the examination of Latin American parties.

**Keywords:** political parties; party organization; party theory; Latin America; comparative politics.

---

### Sobre o autor

Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre em Ciência Política pela UFPR, doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pós-doutorando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: mayer.rrm@gmail.com

## Introdução

O estudo da organização partidária é um dos objetos mais antigos da ciência política moderna. Seus primeiros trabalhos no começo do século XX coincidem com a consolidação da disciplina enquanto campo de conhecimento distinto (Caramani e Hug, 1998; Crotty, 1970). Basicamente, os trabalhos pioneiros tratavam de estudos de caso de sistemas partidários *ou* de agremiações individuais ou de estudos comparados entre dois países.

Com a renovação do interesse sobre o tema na década de 1950 e o avanço da revolução comportamentalista na disciplina, o foco dos estudos se direcionou para a tentativa de criação de uma teoria partidária geral. Duverger (1970) consistiu no principal expoente dessa tentativa. O autor em seu célebre trabalho *Os partidos políticos* ambicionou construir uma teoria geral sobre o fenômeno partidário influenciado pelas ciências naturais, especialmente a biologia. O cientista político francês “dissecou” os partidos políticos de seu tempo e os classificou por meio de suas organizações internas de modo a compreender seu desenvolvimento se comparado com as formações do século XIX, cunhando os modelos de partidos de massas e partidos de quadros.

O uso de tipologias partidárias se tornou extremamente popular na disciplina e sua aplicação, corriqueira nos exames partidários nas últimas décadas. No entanto, com a expansão da ciência política e da democracia nas últimas décadas do século passado, se fez necessário repensar alguns preceitos teóricos, pois muitos dos novos casos não foram teorizados anteriormente, e a aplicação dos modelos partidários tradicionais a eles possui limitações.

Argumentamos que a utilização das tipologias clássicas ao contexto latino-americano não é recomendável, pois foram formuladas para explicar casos e desenvolvimento distintos e seu uso pode levar a distorções no exame dos partidos da América Latina.

Feitas essas considerações, dividimos o artigo em três partes. A primeira descreve os principais modelos partidários, suas origens e principais características. A segunda parte debate questões de política comparada e como esta pode ser relacionada à construção das tipologias partidárias. Por último, discutimos a aplicação dos tipos partidários na América Latina.

## **Classificação dos partidos políticos: construção dos principais modelos partidários**

Classificar os partidos políticos em tipologias significa rotulá-los e catalogá-los em tipos ideais de acordo com algumas de suas características centrais, como seus atributos organizacionais, modelos de financiamento, nível de profissionalização, entre outras. Essa abordagem foi fortemente fundamentada na e construída sob a inspiração das ciências naturais, mais especificadamente a biologia, através do uso da taxionomia<sup>1</sup> e também tomou emprestado alguns termos da disciplina, como espécies, famílias, tipologias para realizar a classificação partidária.

Um dos pioneiros nos estudos partidários – e organizacionais –, Duverger (1970) recorreu às ciências naturais, mais especificadamente à teoria da evolução de Charles Darwin, para dissecar as organizações dos partidos políticos da primeira metade do século XX (sobretudo, os partidos franceses) e examinar a sua evolução e desenvolvimento do seu desenvolvimento (Peres, 2009).

Como forma de operacionalizar o exame da passagem dos modelos partidários da primeira metade do século XIX para as modernas organizações partidárias que se originaram na segunda metade do mesmo século, o autor baseia sua análise na taxionomia – e na morfologia<sup>2</sup> – de modo a dissecar as estruturas organizacionais partidárias em seus elementos fundamentais de maneira a permitir a sua categorização e posterior catalogação em espécies partidárias. Duverger (1970) também utiliza a evolução como forma de expor o desenvolvimento dos partidos políticos de modo a compreender como eles respondem às características ambientais, isto é, aos desafios impostos pela conjuntura em que estão inseridos e, em última análise, a evolução também atua como uma espécie de “seleção natural”, na qual somente os mais aptos sobrevivem. Uma grande lacuna em sua abordagem é a insuficiência de categorias. Ele acaba por resumir toda a vasta quantidade de forças partidárias a

1. Taxionomia se refere ao campo da biologia que trata da classificação dos organismos em campos.
2. A morfologia se refere ao exame das propriedades e da forma externa dos seres vivos. O termo também pode ser utilizado pela linguística para se referir a classificação, forma e estruturas das palavras.

somente dois tipos partidários excluindo a formulação de subtipos ou formas intermediárias entre os tipos modernos e arcaicos.

Sob grande influência do trabalho de Duverger (1970), muitos outros pesquisadores ambicionaram a construção de novos modelos para explicar os diferentes desenvolvimentos dos partidos políticos nas últimas décadas, no entanto, apesar da grande quantidade de opções, quatro tipos – quadros, massas<sup>3</sup>, *catch-all* e cartel – são os mais utilizados pela bibliografia especializada. Esses modelos são tratados por parte dos especialistas não como tipos separados, mas a partir de uma linha evolutiva, em que cada modelo é apresentado como uma nova forma partidária, que cabe aos novos partidos, que surgem de novas demais sociais – ou as diferentes estratégias das elites políticas –, ou dos antigos partidos em busca de sobrevivência ou manutenção de sua relevância no cenário político.

Por causa de mudanças sociais, os partidos políticos buscam adaptar suas estruturas e organizações de modo a responder de modo mais efetivo – ou adequado – aos novos desafios impostos a eles. Essa situação leva a uma alteração nos modelos, pois novos desafios impõem novas organizações e novos problemas de pesquisa. O primeiro modelo – partido de quadros ou elitistas – trabalha em um contexto de regimes com pouca participação eleitoral, em que os partidos organizados não eram mais do que organizações precárias e provisórias, restritas a pequenos grupos de notáveis (que financiavam a agremiação), o que levanta incertezas se estes podem ser considerados como partidos políticos, no sentido moderno do termo, devido à ausência ou precariedade da estrutura e de sua pouca representatividade (Duverger, 1970; Martínez López, 2009; Montero e Gunther, 2004). O segundo – partido de massas<sup>4</sup> – trata do desenvolvimento desse modelo a partir da expansão do sufrágio

- 
3. Neumann (1956) realiza uma análise semelhante à de Duverger (1970) ao diferenciar os partidos arcaicos das formações modernas. Segundo o autor, os antigos partidos (partidos de representação individual) representavam interesses muito particulares de seus membros e possuíam pouca integração com a sociedade. Já os partidos modernos (partidos de integração das massas) buscam integrar seus membros ao sistema político, bem como atuam como local de socialização, trabalho e formação política.
  4. O partido de massas é visto como o tipo ideal de partido político, atuando na intermediação entre governo e sociedade e tem suas fronteiras bem delimitadas (Van Biezen e Kopecký, 2007), sendo o auge da organização partidária.

universal em meados do século XIX e a conseqüente entrada de um grande contingente populacional outrora não representado na arena política, para isso se fez necessário construir uma ampla organização permanente que não atua somente em períodos eleitorais, mas de modo permanente, organizando todas as atividades partidárias (Duverger, 1970; Rihoux, 2001). Nesse modelo, há o surgimento da forma moderna de partido político, que não atua apenas nas eleições, mas também na formação de seus quadros, educação política e fundamentalmente na representação de interesses sociais.

A principal diferença entre os dois modelos, segundo Duverger (1970), se encontra basicamente explicada por seu tipo originário. O primeiro partido parte de uma origem institucional, na qual as máquinas partidárias praticamente não possuem contato com a sociedade, é financiado por pequenos grupos, que doam grandes quantias para as campanhas eleitorais, e não possui uma estrutura organizacional permanente, sendo apenas visível durante os períodos eleitorais. Já o partido de massas, ao contrário, tem origem em organizações exteriores ao parlamento – igrejas, movimentos sociais, sindicatos etc. – que se organizam e constroem estruturas organizacionais como meio de representar seus interesses. A grande novidade desse modelo, como demonstrada por Weber (2002), está na criação de uma organização permanente, que visa educar politicamente seus membros e promover a seleção de candidaturas por meio dessa organização. A própria subsistência dos partidos é produto da ação de seus membros, que contribuem financeiramente para a organização, mas diferentemente do modelo anterior que se baseia em grandes contribuições de poucos membros, nesse modelo, o financiamento é realizado por uma grande quantidade de filiados que contribuem com pequenas quantias (Ware, 2004). Outra diferença apresentada se encontra na percepção da legenda como expressão de classe social, com seus programas e membros representando segmentos sociais específicos. Nesse ponto é encontrado um grande problema, pois a sociedade não é tão heterogênea para comportar tantos partidos representantes de apenas um segmento social, outro ponto problemático trata do interior dos partidos, os quais não comportam apenas um grupo, mas vários em disputa em seu interior (Ibidem).

O terceiro modelo (*catch-all*) apresenta a progressão do modelo de massas – ou de integração social – para um modelo menos restrito em termos de representação e uma maior profissionalização

da estrutura partidária. As legendas são caracterizadas pela abertura da organização partidária a diversos outros grupos, que não eram anteriormente representados na sociedade, isso gera uma tensão no interior da organização entre os grupos antigos e os novos, além de um contínuo processo de enfraquecimento de sua ideologia (Bolleyer, 2009; Kirchheimer, 1966; Puhle, 2009; Rihoux, 2001; Safran, 2009). As causas das transformações estão ligadas a mudanças sociais, como crescimento dos níveis educacionais e da classe média, que diminuem as diferenças entre os grupos sociais, aumento dos custos das campanhas políticas motivadas pelo acirramento da disputa eleitoral e da contratação de pessoal especializado, além do desenvolvimento dos meios de comunicação de massas, que alteram o modo de fazer campanhas, tornando-as mais personalistas (Kirchheimer, 1966; Puhle, 2009).

O último modelo apresentado – partido cartel – trata do desenvolvimento do partido *catch-all* ao tratar das transformações dos partidos políticos da Europa Ocidental no final do século XX (Katz e Mair, 1995, 2009). Para Katz e Mair (1995) nas últimas décadas ocorreu uma “quebra” nas relações entre partidos políticos e a sociedade motivada pelo direcionamento da estrutura partidária para o governo. Esse fato ocorreu, principalmente, pela alta instabilidade das receitas provenientes das contribuições de seus filiados e simpatizantes. Como forma de sobrevivência, as organizações partidárias passam a privilegiar as atividades governamentais em vez de suas atividades tradicionais e em troca têm suas ações delimitadas por meio de legislações específicas (Katz e Mair, 1995; Mair, 2003). Um problema desta análise está em seu simplismo e também na dificuldade da teoria ser comprovada por dados empíricos, além da própria indefinição teórico-metodológica do modelo, isto é, se o partido cartel trata dos partidos políticos ou do sistema partidário (Rihoux, 2001).

Existe uma importante diferença entre as abordagens de Duverger (1970) e as de Kirchheimer (1966) e de Katz e Mair (1995). Como tratado por Peres (2009), Duverger utiliza as ciências naturais – especialmente a biologia – como base para a formulação de seus tipos ideais. Ao unir a teoria evolucionista com a taxionomia para dissecá-los e catalogá-los em diferentes espécies, o cientista político francês realiza uma “evolução das espécies” sobre os partidos políticos (Peres, 2009). A intenção do autor não é apenas classificar e separar os partidos de acordo com suas características organizacionais,

mas também examinar o ambiente em que estão inseridos e como este influencia em seu desenvolvimento. Kirchheimer (1966) e Katz e Mair (1995) somente se atêm ao processo de evolução partidária ao tratarem da passagem de um modelo para outro por meio das influências ambientais. A etapa de classificar e catalogar a organização partidária é trabalhada de modo genérico, com pouca atenção dos autores às características organizacionais dos partidos políticos.

Partindo da teoria evolucionista, cada tipologia é apresentada como a melhor adaptada aos novos desafios apresentados aos partidos pela sociedade (Harmel, 2009). As agremiações partidárias, nesse caso, são apresentadas como organizações flexíveis ou dotadas de capacidades de alterações entre os períodos eleitorais, pois necessitam de certa capacidade de adaptação para sobreviver a novos ambientes<sup>5</sup>. As mudanças ambientais atuam como espécie de “seleção natural”; os partidos políticos que não conseguem se adaptar entram em extinção, e os novos – e mais hábeis – se encontram em uma posição privilegiada (Quadro 1).

**Quadro 1** – Tipologias partidárias

	<b>Partido de quadros</b>	<b>Partido de massas</b>	<b>Partido catch-all</b>	<b>Partido cartel</b>
Período de existência	Século XIX e primeiras décadas do século XX	Final do século XIX e primeira metade do século XX	1950 até o presente	1970 até o presente
Dimensão eleitoral	Participação limitada, apelos personalistas e clientelistas	Ampla participação, apelos a grupos específicos (classes, religiosos etc.)	Apelo a um eleitorado de classe média, abertura do partido a outros grupos	Relação de clientela, partidos acessíveis a todos

[continua na próxima página]

5. Harmel (2009) realiza uma importante observação. As teorias clássicas – Duverger (1970), Kirchheimer (1966), Katz e Mair (1995), Panebianco (2005) – trabalham com a ideia de que os tipos partidários obedecem a um ciclo de vida, no qual, após determinado tempo, são substituídos por outros tipos.

	<b>Partido de quadros</b>	<b>Partido de massas</b>	<b>Partido catch-all</b>	<b>Partido cartel</b>
Ideologia	Vaga, ligada às questões tradicionais	Bem delimitada	Aberta a vários grupos, aproximação das ideologias partidárias	Aberta a vários grupos, partidos com ideologias próximas
Organização extraparlamentar	Pouca estrutura, centrada na elite	Ampla organização, ampla rede de voluntários	Diminuição da organização, aumento da profissionalização	Direcionamento da organização para o governo, diminuição da organização extraparlamentar
Fonte de recursos	Grandes contribuições de poucos filiados	Cotas de seus filiados, fundos das atividades partidárias	Cotas de filiados, grupos de pressão, subsídios	Subsídios públicos

Fonte: Elaboração do autor.

A progressão relatada até o momento mostra a evolução dos partidos no sentido de se adaptarem às mudanças sociais, tecnológicas e de seu próprio desenvolvimento. Outra perspectiva é considerar o desenvolvimento partidário a partir das relações estabelecidas com a sociedade, isto é, seu grau de inserção e, principalmente, o modo como as agremiações extraem recursos da sociedade, como filiados e finanças da sociedade. Katz e Mair (1995), ao formular o partido cartel, argumentam que os partidos políticos possuem diferentes faces, que se encontram em uma relação de forças, com uma delas prevalecendo sobre as demais<sup>6</sup>. O partido cartel, assim como a tipologia de quadros, trata da relação mais próxima das máquinas partidárias com os governos e, conseqüentemente, da diminuição da inserção partidária na sociedade. De modo distinto aos partidos de quadros, a tipologia apresenta uma inserção, mesmo que fragilizada, dos partidos políticos com a sociedade civil, principalmente pelos vínculos outrora construídos. A existência de uma organização extraparlamentar é questionada, porém, sua manutenção ocorre devido à sua contribuição para com a sobrevivência da

6. Schattschneider (1964) argumenta que os partidos – do seu período – atuavam em um vácuo jurídico, pois não pertenciam ao governo e tampouco à sociedade, atuando no espaço entre os dois.

máquina por meio das cotas pagas por seus membros, mesmo que instáveis, e também devido à tradição (Katz e Mair, 2009).

O partido de massas atua como o principal tipo ideal, ou seja, o ponto máximo que as agremiações partidárias podem atingir, na qual as agremiações partidárias atuam como elos entre o Estado e a sociedade, levando as demandas do segundo para o primeiro, nesse modelo há uma grande inserção social e a participação dos partidos nos governos visa representar os interesses da sociedade (Ware, 2004). Isso ocorre devido à elevada proximidade que as máquinas partidárias possuem junto a população e a sua atuação como elo entre o Estado e a sociedade<sup>7</sup>, levando as demandas sociais para o organismo estatal. Os partidos políticos, nesse modelo, possuem múltiplas funções, como a representação dos interesses das clivagens sociais no interior dos governos, formação política de seus quadros, espaço de recreação e trabalho, entre outros, ou seja, a função eleitoral é apenas uma dentre as várias.

Por fim, o partido *catch-all* é o mais difícil de tipificar, pois se encontra em um processo de transição de um modelo a outro, em que os laços sociais se mostram enfraquecidos e há a maior inserção nos governos, sem um dos dois ser dominante sobre a estrutura partidária. O desenvolvimento partidário, portanto, seria compreendido a partir do relacionamento dos partidos com a sociedade e como as formas modernas de organizações partidárias se afastaram progressivamente da sociedade e fortaleceram sua atuação governamental.

A evolução, neste caso, pode ser tomada como progressão natural entre os tipos, em que cada um vai substituindo o outro devido ao seu nível de profissionalização e de transformação em uma espécie de instância governamental, ou seja, seria um processo linear. O artifício de transformação também pode ser compreendido de outra forma, em que os partidos políticos se encontram em uma relação cíclica com a sociedade e o Estado, ora fortalecem sua atuação governamental (cartel), ora suas funções representativas (massas).

---

7. Segundo Rucht (1995), os partidos políticos, assim como os movimentos sociais e os grupos de interesse, são organizações intermediárias, isto é, atuam entre o Estado e a sociedade.

### **Classificação dos partidos políticos: como realizar?**

Classificar os partidos políticos é um trabalho que envolve a categorização das propriedades e limites compartilhados por eles, identificando as características que se encontram presentes ou ausentes no interior das agremiações partidárias (Collier e Mahon, 1993; Sartori, 1970). A grosso modo, a taxionomia trata da decomposição do fenômeno estudado em categorias que possibilitem a sua futura classificação (Collier *et al.*, 2012; Sartori, 1991, 2011).

Categorizar envolve também definir os pesos e as medidas dos conceitos em seu interior, isto é, deve-se separá-los de acordo com seu grau de importância ou influência sobre os fenômenos, e ao examiná-los devem ser conferidos diferentes pesos de acordo com a natureza do objeto a ser investigado. Segundo Sartori (2011), um dos maus usos do método comparativo reside na má-formação dos conceitos ou em sua tentativa de estender o seu significado para além de seus limites, afetando seu poder explicativo.

Um problema na questão conceitual muito trabalhado por Sartori (1991, 2011) é denominado por ele de *conceptual stretching* – estiramento de conceitos –, em que ocorre a expansão de um conceito para além de suas fronteiras explicativas, isto é, busca-se, ou pretende-se, explicar fenômenos cujos atributos não comportam mais que suas pretensões iniciais: “[...] o estiramento de conceitos não é outra coisa que as tentativas de aumentar a extensão dos conceitos sem reduzir a sua intenção: de modo que a denotação se estenda, ofuscando a conotação.” (Sartori, 2011, p. 36, tradução minha).

Categorizar os partidos políticos em tipologias nada mais é do que atribuir etiquetas universais – quadros, massas, *catch-all* e cartel ou classificá-los em famílias partidárias, como conservadores, liberais, operários, religiosos, sociais-democratas – a alguns, ou todos, partidos políticos de um país<sup>8</sup>, de uma região ou de um período específico (Gibson *et al.*, 1983; Seiler, 2001). Ao expandir a aplicação dessas categorias e classificações a outros países ou região para além daquelas em que os conceitos foram fabricados, nota-se que seu encaixe pode ser prejudicado, pois esses rótulos foram construídos de acordo com as características e o

---

8. As tipologias partidárias não tratam de todos os partidos políticos de um sistema ou período histórico, a maior parte delas são centradas nos maiores.

desenvolvimento do universo partidário daquela região (Seiler, 2001). Um bom exemplo dessa situação se encontra na diferente orientação de partidos sociais-democratas ao redor do planeta, em que alguns adotam posturas mais à esquerda (como o sueco) e outros, posturas mais conservadoras, como o PSDB. Aliada a essa limitação, encontra-se o fato e que a maioria das tipologias partidárias geralmente cria um rótulo único para explicar todos os partidos de um período. Essa estratégia leva a uma situação em que máquinas partidárias distintas são classificadas de modo semelhante. A não diferenciação induz ao leitor e a outros pesquisadores a pensar que todos os partidos daquele período são iguais ou que reagem da mesma maneira a estímulos semelhantes vindo do eleitorado, do governo e de vários grupos de pressão por exemplo. Uma solução para esse caso seria a criação de subtipos no interior das tipologias, de modo a evidenciar as diferentes respostas organizativas dos partidos diante dos incentivos que recebem.

Vários autores (Bolleyer, 2011; Carty, 2004; Sawicki, 1988) argumentam que outro problema das tipologias é centrar-se apenas no nível nacional, ignorando ou fornecendo pouca atenção para a dinâmica subnacional na sua formulação. Carty (2004) e Sawicki (1988) vão além ao expor que o nível subnacional pode ter orientações completamente distintas do centro partidário e, em alguns casos, conflitantes. A organização dos partidos políticos não é uma estrutura monolítica repetida nos variados níveis partidários, ou seja, as agremiações partidárias não são as confederações expostas no modelo de quadros, mas também não são estruturas rígidas dispostas de forma idêntica em todos os níveis. A organização partidária reflete os conflitos pelo domínio do partido – e de suas subunidades – com maior ou menor autonomia para a periferia partidária, de acordo com o equilíbrio das forças internas.

Provavelmente a maior crítica às tipologias se encontra na questão da construção delas. Apesar da linearidade ou continuidade apresentada pelos autores dos principais modelos, estes, salvo os tipos de quadros e de massas, não obedeceram aos mesmos critérios no momento de sua formulação, sendo resultados de critérios adotados por cada autor, sem relação com os tipos anteriores. Outra dificuldade apresentada pelos modelos partidários está em sua operacionalização para outros casos que não sejam os da

Europa Ocidental<sup>9</sup>. Com o surgimento – ou a retomada – de partidos e a consolidação da ciência política em regiões outrora pouco exploradas pelos estudos partidários, os modelos tradicionais perderam grande parte de seu poder explicativo, gerando possíveis distorções nas análises. Por último, o processo de transformação e adaptação dos partidos políticos europeus no final do século XX também exige a necessidade de retornar e rever os antigos conceitos, de modo a atualizá-los aos dias atuais (Bardi e Mair, 2010; LaPalombara, 2007).

A operacionalização desses modelos a outras regiões – especialmente a América Latina – enfrenta algumas dificuldades, sobretudo em buscar captar toda a diversidade e história partidária da região, marcada por inúmeras interrupções. Um dos principais problemas se encontra na transposição direta dos conceitos a uma realidade completamente distinta daquela teorizada. Sendo o maior exemplo a aplicação do conceito de partido de massas às máquinas partidárias latino-americanas, sendo que, em sua maioria, eles não atravessaram esse estágio em seu desenvolvimento. Fato que pode levar a interpretações distorcidas de suas mazelas, pois como não serviram de modelo para a formulação dos tipos, suas fraquezas e problemas podem ser potencializados.

Podemos reduzir boa parte da crítica aos partidos latino-americanos a dois grandes pressupostos: a) excesso de rigor metodológico: a interpretação corrente sobre os partidos políticos da região argumenta que estes, em sua quase totalidade, são estruturas frágeis e dominadas por redes informais, clientelistas, abusam da patronagem e muitos deles são construídos ao redor de lideranças personalistas e/ou caudilhas (Kitschelt *et al.*, 2010). Não são poucos os partidos da região que padecem desses problemas, no entanto, a situação não é restrita à América Latina, e muitos dos partidos europeus também enfrentam os mesmos problemas; e b) normativo: relacionado com o item anterior, parte da literatura especializada considera o desenvolvimento dos partidos políticos europeus como a trajetória ideal para a evolução das máquinas partidárias. Os países – e suas legendas – que não atravessaram os mesmos estágios

---

9. Os modelos partidários em sua totalidade foram formulados para examinar o desenvolvimento dos países europeus (Gunther e Diamond, 2003; Krouwel, 2006).

ou passaram por eles de modo acidentado são, em sua maioria, tratados como casos de subdesenvolvimento partidário.

### **A aplicação das tipologias tradicionais**

Este texto – até o momento – discutiu os principais modelos (ou tipos) partidários citados na literatura. Após a sua exposição e algumas críticas realizadas, cabe um questionamento fundamental: esses tipos podem ser aplicados de modo satisfatório para compreender a realidade latino-americana?

A literatura especializada apresenta um grande fascínio pela mudança, entretanto, esse deslumbramento vem acompanhado da ausência do uso das mesmas variáveis entre os modelos, característica que inibe a verificação da variação entre um tipo e outro. O foco dos estudos, portanto, se concentra nas causas das mudanças, como a expansão do sufrágio universal (massas), as transformações socioeconômicas (*catch-all*) ou o crescimento das regulações e subsídios estatais (cartel). Os dois últimos modelos ainda apresentam uma característica peculiar, segundo Bardi *et al.* (2014), os partidos *catch-all*<sup>10</sup> e cartel<sup>11</sup> não foram construídos de acordo com critérios organizacionais, porém, se apresentam como tal e, por causa disso, pecam pela ausência da comprovação de suas principais hipóteses.

Ao enfatizar a análise dos incentivos para a transformação das estruturas e organizações partidárias, esses estudos optam por ampliar seu escopo de análise, com perda na capacidade de descrever de modo mais minucioso as organizações partidárias. No fim, os trabalhos apresentam um grande dilema do método comparativo: ampliar o número de casos ou aumentar o número de variáveis de modo a compreender mais amplamente os casos?

---

10. A teoria do partido *catch-all* é um tanto quanto genérica. Muito disso vem da própria natureza do modelo que trata de um tipo de transição (Von Beyme, 1985; Ware, 2004, 2011). Somado a isso, a tipologia se encontra incompleta, pois seu autor faleceu antes de completar a teoria (Puhle, 2009).

11. Uma das principais críticas ao partido cartel se refere à sua indefinição teórica. Katz e Mair (1995) não especificam se estão tratando de partidos individuais ou do sistema como um todo, pois muito de suas análises – direcionamento em relação ao governo, dependência em relação aos subsídios públicos e o “fechamento” do sistema a novos competidores – tratam de questões sistêmicas (Koole, 1996).

Mesmo com todas as limitações expostas, as tipologias clássicas são amplamente utilizadas para explicar o desenvolvimento partidário latino-americano e a organização de seus partidos, sendo muitas vezes utilizado de modo a acentuar as fraquezas das máquinas partidárias da região.

Van Biezen (1998, 2003) parte desse princípio e argumenta que uma das causas da fragilidade dos partidos latino-americanos em relação aos europeus se encontra na ausência de partidos de massas em sua história. Com raras exceções – o Chile, por exemplo – as agremiações da região consistem de estruturas organizacionais frágeis, com pouca inserção territorial e poucos laços sociais. Kitschelt *et al.* (2010) compartilham uma visão semelhante à autora e argumenta que devido ao personalismo de suas lideranças, as legendas latino-americanas se assemelham a partidos elitistas.

O modelo de partido *catch-all* foi amplamente utilizado para examinar os partidos latinos, sobretudo após as transições. A principal limitação deste tipo se encontra em sua generalidade, em que todo e qualquer partido pode ser considerado como tal. Nos trabalhos sobre a América Latina, seus aspectos negativos são sobrevalorizados, de modo que estes são descritos como extremamente pragmáticos e ausentes de laços sociais (Kitschelt *et al.*, 2010; Mainwaring e Scully, 1995).

Por fim, o partido cartel também é utilizado para expor a fragilidade dos partidos latino-americanos<sup>12</sup>. Para Van Biezen (1998), a inexistência de partidos de massas forçou a aproximação das agremiações com os governos e, principalmente, a dependência em relação ao Estado para garantir a sua sobrevivência. Para a autora, a proximidade traz importantes consequências, como o protagonismo precoce, que acaba por forçar a construção de organizações partidárias com laços sociais precários, pois não houve tempo para a sedimentação dos partidos políticos na sociedade. Argumenta, como outra consequência, que, devido à baixa inserção social, os partidos políticos latino-americanos são extremamente dependentes do organismo estatal para sobreviver, com a maioria dos subsídios e

---

12. Nicolau (2010) discute a aplicação do partido cartel ao contexto brasileiro, no entanto, o autor apenas descreve algumas características do sistema e não chega a realizar uma análise pormenorizada do possível cartelização dos partidos brasileiros.

recursos fundamentais, à organização advinda do Estado, fato que torna secundária a contribuição de seus membros.

Com exceção da tipologia de Duverger (1970), todas as demais têm como foco principal o processo de adaptação dos partidos a um novo ambiente e as possíveis consequências para a organização. Portanto, compreendem mais o processo de transição de um tipo para outro do que as características organizacionais. O problema em estender para a América Latina a tipologia é que apresenta uma grande limitação, a impossibilidade de compreender na totalidade o fenômeno partidário latino-americano e, em alguns casos, isso é acentuado pelo desconhecimento da literatura local sobre os partidos e sistemas partidários da região.

Relacionado a essa questão, tem-se um problema de política comparada. Ao estender a aplicação das tipologias tradicionais à América Latina, o pesquisador necessita diminuir a quantidade de propriedades a ser analisadas, pois a comparação necessita ser mais geral e, portanto, as características mais específicas perdem peso em relação à necessidade de maior generalização, o que implica menor conhecimento sobre a realidade latino-americana.

No entanto, o que se observa na aplicação dos modelos é o reforço do viés negativo das legendas latino-americanas. Isso ocorre por sua inadequação à teoria, inicialmente formulada para compreender os casos da Europa Ocidental. Esta argumenta que as organizações partidárias se encontram em um ciclo evolutivo, marcado por constantes adaptações ao ambiente e aos novos desafios que lhes são constantemente impostos. A não adequação dos partidos políticos latinos ao marco teórico e, conseqüentemente, à potencialização de suas mazelas vem de sua trajetória distinta, marcada por inúmeras rupturas democráticas, mas também diferentes estratégias adotadas por seus grupos dirigentes de modo a responder aos desafios locais.

Respondendo à questão da possibilidade de utilização das tipologias partidárias a outras regiões, não seria possível, porque existem muitas limitações para tal e ocorreria o sério risco de recair em uma análise em que todos os partidos latino-americanos se encaixam em uma única teoria categórica, além de enviesar a resposta para uma visão extremamente negativa sobre a região. Outro problema seria restringir a evolução partidária a um caminho distinto do ocorrido na região, fato que aumentaria ainda mais a percepção da fraqueza

– ou incapacidade – partidária local. O uso dos tipos clássicos seria possível com alterações que levassem em consideração a trajetória da região ou como recurso para compreender os diferentes incentivos para o desenvolvimento partidário.

Portanto, como podemos classificar partidos que não atravessaram pelas mesmas – ou semelhantes – trajetórias? Os quatro modelos trabalhados podem ser tratados separadamente, mas todos possuem a paradigma evolucionista entre suas características centrais. Ao ignorar esse atributo, os autores desconsideram um importante elemento na construção da tipologia que é a centralidade da conjuntura histórica em sua concepção. Todos os modelos descritos tratam da – capacidade de – adaptação dos partidos aos desafios que lhes são impostos, ou seja, os partidos para esses modelos mais reagem às mudanças externas do que as causam, ignorar essa característica induz a uma percepção torta sobre e conduz o pesquisador a uma percepção que os partidos das outras regiões são menos desenvolvidos se comparados aos casos europeus. Essa percepção é equivocada no sentido de que, apesar de estarmos comparando artefatos semelhantes, estes estão sujeitos a uma série de fatores que alteram – ou influenciam – suas características conferindo-lhes características próprias, que, seguindo a linha evolutiva, podem ser encaradas como a forma mais adaptada dos partidos destes países para sobreviver.

Uma alternativa seria traçar a gênese e a linha evolutiva dos partidos políticos da região, de modo a compreender como o processo de construção, evolução e adaptação dos partidos políticos ocorreu e, após isso, comparar com os casos descritos pelas tipologias, de modo a examinar as possíveis semelhanças e diferenças de cada trajetória. Também se faz necessário voltar o olhar para as organizações e não apenas aos fatores que geram as transformações, de modo a compreender melhor as propriedades dos partidos da região e, conseqüentemente, os diferentes subtipos, trajetórias e estratégias presentes na América Latina.

Portanto, é fundamental repensar a aplicação das tipologias tradicionais a outras regiões, pois estas possuem estratégias trajetórias distintas, que afetam o modo como se estruturam e se organizam ou, em último caso, respondem de forma diferente a incentivos semelhantes. O *eurocentrismo*, neste caso, atua como um reforço dos aspectos negativos da região – que, é bom salientar, não são poucos –, porém, é preciso distinguir quais fatores são predominantes na

região, quais são gerais a todo fenômeno partidário e quais são produtos de ordem normativa.

### **Considerações finais**

O uso de tipologias partidárias é comum e amplamente utilizado pela bibliografia especializada. Sua utilização remonta à metade do século passado, ocorrendo após a década de 1960 uma ampla proliferação de seu uso, com inúmeros modelos sendo construídos de modo a ambicionar a compreender a realidade partidária em contínua transformação (Gunther e Diamond, 2003; Katz e Mair, 1995). As tipologias se resumem, basicamente, a etiquetas ou rótulos, nos quais os partidos políticos são classificados de acordo com suas características gerais e as relações que estabelecem com o ambiente circundante (Krouwel, 2006; Seiler, 2001).

No entanto, a construção dos modelos tradicionais não ocorreu pelo acúmulo teórico, mas por critérios distintos adotados por cada autor, que por vezes definem a organização partidária de modo abstrato sem se aterem às características organizativas e às suas possíveis diferenças e semelhanças, pois priorizam os condicionantes da transformação partidária e, não raro, a formulação dos modelos tem mais atenção do que os casos que ela visa explicar (Gibson *et al.*, 1983; Gunther e Diamond, 2003; Sawicki, 1988).

Quando da aplicação destas tipologias na América Latina nota-se uma considerável distorção, pois como foram formulados de acordo com características europeias, a trajetória e as características destes seguem propriedades distintas, que nem sempre são encontradas em outras regiões, e esta situação pode induzir a distorções e reforço dos aspectos negativos dos partidos latino-americanos. Faz-se necessário compreender a trajetória e evolução do fenômeno partidário da região. Apesar das constantes crises e rupturas de suas democracias, a região possui larga tradição partidária.

Portanto, a aplicação das tipologias tradicionais esbarra em algumas questões de ordem metodológica e normativa. Em relação à primeira, a dificuldade se resume a expansão dos conceitos a outras realidades, que possuem atributos distintos dos casos originais. Em relação ao segundo caso, a sua utilização pode induzir a reforçar visões negativas e, até certo ponto, exageradas, pois muitos dos problemas encontrados nos partidos latino-americanos não são

exclusivos deles, mas compartilhados por outros países. A realização de mais estudos sobre seus partidos e sistemas partidários, de modo a compreender toda sua complexidade e trajetória, se faz cada vez mais necessária.

## Referências

- BARDI, L. *et al.* (2014). Party adaptation and change and the crisis of democracy. *Party Politics*, vol. 20, n. 2, p. 151-159.
- BARDI, L.; MAIR, P. (2010). Os parâmetros dos sistemas partidários. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, p. 227-253.
- BOLLEYER, N. (2009). Inside the cartel party: Party organization in government and opposition. *Political Studies*, vol. 57, n. 3, p. 559-579.
- \_\_\_\_\_. (2011). New organization in Western Europe: Of party hierarchies, stratarchies and federations. *Party Politics*, vol. 18, n. 3, p. 315-336.
- CARAMANI, D.; HUG, S. (1998). The literature on European parties and party systems since 1945: A quantitative analysis. *European Journal of Political Research*, v. 33, n. 4, p. 497-524.
- CARTY, K. (2004). Parties as franchise systems. The stratarchical organizational imperative. *Party Politics*, vol. 10, n. 1, p. 5-25.
- COLLIER, D. *et al.* (2012). Putting typologies to work: Concept formation, measurement, and analytic rigor. *Political Research Quarterly*, vol. 65, n. 1, p. 217-232.
- COLLIER, D.; MAHON, J. (1993). Conceptual stretching revisited. *American Political Science Review*, vol. 87, n. 4, p. 845-855.
- CROTTY, W. (1970). A perspective for the comparative analysis of political parties. *Comparative Political Studies*, vol. 3, n. 3, p. 267-296.
- DUVERGER, M. (1970). *Os partidos políticos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar; UNB.
- GIBSON, J. *et al.* (1983). Assessing party organization strength. *American Journal of Political Science*, vol. 27, n. 2, p. 193-222.
- GUNTHER, R.; DIAMOND, L. (2003). Species of political parties: A new typology. *Party Politics*, vol. 9, n. 2, p. 167-199.
- HARMEL, R. (2009). Party organizational change: competing explanations? In: LUTHER, K.; MÜLLER-ROMMEL, F. (eds.). *Political parties in the new Europe: political and analytical changes*. Oxford: Oxford University Press.
- KATZ, R. S.; MAIR, P. (1995). Changing models of party organization and party democracy: The emergence of the cartel party. *Party Politics*, vol. 1, n. 1, p. 5-28.
- \_\_\_\_\_. (2009). The ascendancy of the party in public office. Party organizational change in twentieth-century democracies. In: GUNTHER, R. *et al.* (eds.). *Political parties: old concepts, new challenges*. New York: Oxford University Press.

- KIRCHHEIMER, O. (1966). The transformation of the Western European party system. In: LAPALOMBARA, J.; WEINER, M. (eds.). *Political parties development*. Princeton: Princeton University Press.
- KITSCHOLT, H. *et al.* (2010). Introduction: Party competition in Latin America. In: KITSCHOLT, H. *et al.* (eds.). *Latin American party systems*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KOOLE, R. (1996). Cadre, catch-all or cartel?: A comment on the notion of the cartel party. *Party Politics*, vol. 2, n. 4, p. 507-523.
- KROUWEL, A. (2006). Party models. In: KATZ, R. S.; CROTTY, W. (eds.). *Handbook of political parties*. Londres: Sage.
- LAPALOMBARA, J. (2007). Reflections on political parties and political development, four decades later. *Party Politics*, vol. 13, n. 2, p. 141-154.
- MAINWARING, S.; SCULLY, T. (1995). La institucionalización de los partidos em América Latina. *Revista de Ciência Política*, vol. 17, n. 1-2, p. 63-98.
- MAIR, P. (2003). Os partidos políticos e a democracia. *Análise social*, vol. 167, p. 277-293.
- MARTÍNEZ LÓPEZ, V. H. (2009). Partidos políticos: Un ejercicio de clasificación teórica. *Perfiles Latinoamericanos*, v. 17, n. 33, p. 39-63.
- MONTERO, J. R.; GUNTHER, R. (2004). Los estudios sobre los partidos políticos: Una revisión crítica. *PostData*, n. 10, p. 305-337.
- NEUMANN, S. (1956). Toward a comparative study of political parties. In: NEUMANN, S. (ed.). *Modern political parties: Approaches to comparative politics*. Chicago: University of Chicago Press.
- NICOLAU, J. (2010). Parties and democracy in Brazil, 1985-2006: Moving toward cartelization. In: LAWSON, K. (ed.). *Political parties and democracy. Volume I: the Americas*. Santa Barbara: Praeger.
- PANEBIANO, A. (2005). *Modelos de partido: Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.
- PERES, S. (2009). Revisitando a teoria geral dos partidos de Maurice Duverger. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, n. 68, p. 17-58.
- PUHLE, H. J. (2009). Still age of catch-allism? Volkspartein and parteinstaat in crisis and re-equilibration. In: GUNTHER, R. *et al.* (eds.). *Political parties: old concepts, new challenges*. New York: Oxford University Press.
- RIHOUX, B. (2001). *Les parties politiques: Organisations en changement. Le test des écologistes*. Paris: L'Harmattan.
- RUCHT, D. (1995). Parties, associations and movements as systems of political interest mediation. In: THESING, J.; HOLFMEISTER, W. (eds.). *Political parties in democracy*. Sankt Augustin: Konrad Adenauer Stiftung.

- SAFRAN, W. (2009). The catch-all party revisited: Reflections of a Kirchheimer student. *Party Politics*, vol. 15, n. 5, p. 543-554.
- SARTORI, G. (1970). Concept misformation in comparative politics. *American Political Science Review*, vol. 64, n. 4, p. 1033-1053.
- \_\_\_\_\_. (1991). Comparative and miscomparing. *Journal of Theoretical Politics*, vol. 3, n. 3, p. 243-257.
- \_\_\_\_\_. (2011). *Cómo hacer ciencia política*. Madrid: Taurus.
- SAWICKI, F. (1988). Questions de recherche: Pour une analyse locale des partis politiques. *Politix*, vol. 1, n. 2, p. 13-28.
- SCHATTSCHEIDER, E. E. (1964). *Régimen de partidos*. Madrid: Tecnos.
- SEILER, D.-L. (2001). La comparaison et les partis politiques. *Working papers*, Volume 194. Barcelona: Institut de Ciències Politiques i Socials.
- VAN BIEZEN, I. (1998). Sobre o equilíbrio interno do poder: As organizações partidárias nas novas democracias. *Análise Social*, vol. 148, p. 685-708.
- \_\_\_\_\_. (2003). *Political parties in new democracies: Party organization in southern and East-Central Europe*. New York: Palgrave Macmillan.
- VAN BIEZEN, I.; KOPECKÝ, P. (2007). The state and the parties: Public funding, public regulation and rent-seeking in contemporary democracies. *Party Politics*, vol. 13, n. 2, p. 235-254.
- VON BEYME, K. (1985). *Political parties in western democracies*. Nova York: St Martin Press.
- WARE, A. (2004). *Partidos políticos y sistemas de partidos*. Madrid: Istmo.
- \_\_\_\_\_. (2011). Exceptionalism, political science and the comparative analysis of political parties. *Government and Opposition*, vol. 46, n. 4, p. 411-435.
- WEBER, M. (2002). *Ensaio de sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora.